



Tíquete 92

O Sindicato peticionou nos autos solicitando que o juízo intime a Riotrilhos para fazer aporte suplementar de recurso financeiro, conforme firmado acordo em juízo, para que possamos efetuar o pagamento das herdeiras e herdeiros e mais os titulares retardatários com direito aos valores.

ANDAMENTOS DE PROCESSOS TRABALHISTAS

ENTRE NÍVEIS DE 1993 - Nº1050700-02.1993.5.01.0051

Atendendo a determinação do juízo o Sindicato reapresentou os cálculos desta vez impressos para análise do perito da vara.

DISSÍDIO DE 1996 - 4,44% - Nº 015770078.1996.5.01.007

A justiça acolheu em parte o recurso do Sindicato contra a individualização da execução determinando que fossem formados grupos de 10 reclamantes. O Sindicato solicitou ao juízo que fosse permitido grupos de 100 e, mantida a sua condição de substituto processual para que não precise de procurações individuais.

ANDAMENTO DOS PROCESSOS DO ACORDÃO

DISSÍDIO DE 1998 - 4,10%, Nº 006840033.2009.5.01.003

A justiça deferiu o arresto (penhora) dos terrenos e nomeou perito contábil para fazer os respectivos cálculos.

DISSÍDIO DE 2000 - 9,85%, Nº 0202100-63.2001.5.01.0063

O juízo determinou a individualização da execução dos valores. O Sindicato recorreu, por entender que essa decisão é prejudicial aos interesses, dos trabalhadores, pois perderia a condição de substituto processual, hoje garantido em lei.

DISSÍDIO DE 2001 - 7,069%, Nº 0134900-41.2005.5.01.0017

A Justiça determinou que a PGE fale nos autos, sobre os cálculos apresentados pelo Sindicato.

DISSÍDIO DE 2002 - 9,16%, Nº 0080200-24.2006.5.01.0036

O Sindicato apresentou os cálculos à justiça e esta intimou a empresa a se manifestar a respeito.

DISSÍDIO DE 2003 - 32,95%, Nº 0107400-39.2005.5.01.0004

A Justiça determinou que a PGE fale nos autos sobre os cálculos apresentados pelo Sindicato.

LINHA DIRETA



Publicação Oficial do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Metroviários,
Veículos Leves sobre Trilhos e Monotrilhos do Rio de Janeiro - SIMERJ

Gestão 2015/2017 - Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br - simerj@simerj.org.br - tel.: (21) 2532-0331 23/06/2016 Nº 09

Rua Santa Amélia, 41 - Praça da Bandeira - CEP. 20260-030 - Rio de Janeiro

Os trabalhadores não tem que pagar as contas desse governo!

Não temos que pagar as contas. Os seguintes governos do nosso estado veem ao longo de muitos anos cometendo todo o tipo de desmandos, mas conseguem se manter impunes. Parece que estão acima da lei e a justiça nunca os alcança. Nós empregados do estado, passamos momentos terríveis, pois ficamos a mercê da vontade dos políticos que ocupam os cargos públicos para enriquecer. Chegam ao poder financiados pelo capital e atuam de forma a recompensá-los, colocando nos cargos estratégicos seus apadrinhados. A tão propagada prioridade com a saúde educação e segurança fica só nos discursos de campanha eleitoral. A verdade é que a prioridade é locupletar-se.

Vejam a situação que colocaram o Rio de Janeiro, chegando ao ponto de decretar "estado de calamidade" para buscar dinheiro do governo federal e em outras instituições a juros baixos, tentando justificar os

inúmeros calotes que já estão dando há muito tempo, isso nos empresários menores, pois os grandes tubarões e "parceiros" esses não tem do que reclamar.

Nos anos 90 entregaram grande parte do patrimônio público com o discurso de priorizar o que eles diziam tratar-se de setores essenciais, saúde, educação e segurança; estas ações feitas entre "amigos parceiros" fez com que grande parte desse patrimônio fosse parar nas mãos de empreiteiras e bancos.

Os serviços concedidos, cujas tarifas eram sociais, passaram a ter tarifas comerciais, bem mais caras, e com reajustes muito acima da inflação e do poder aquisitivo dos trabalhadores, ficando inacessível para muitos e aí, o governo "bonzinho" passou a subsidiar em forma de repasses de recursos, isenções de impostos e de taxas às concessionárias, da mesma forma que acontece com as concessões nos transportes públicos.

O que restou da Cia do Metropolitano do RJ, hoje RIO-

TRILHOS, hoje com cerca de 370 empregados é inominável. A construção da Linha 4, a obra mais cara do Rio de Janeiro é uma das mais caras do Brasil nos últimos anos, com o preço de construção mais caro do mundo, R\$ 10,5 bi p/ 16km e ainda não concluído (e olha que diziam que o trem bala Rio x São Paulo era um absurdo por R\$ 33 bi p/ 460 km) façam as contas.

Faltou recurso: precisam de mais R\$ 900 milhões! É impressionante como tudo vem acontecendo no Brasil e até agora não despertou a curiosidade dos órgãos de controle, da justiça ou da imprensa.

O governo do Estado impõe aos empregados da RIOTRILHOS um grande arrocho salarial há muitos anos. Para os trabalhadores tudo é muito difícil já para as empreiteiras muita generosidade e seus pagamentos nunca atrasam.

Atualmente não existem recursos para o custeio, nem para os prestadores de serviços e fornecedores, indo além,

continua na próxima página



continuação da matéria de capa

retêm valores dos salários, não transferindo a quem de direito, cometendo o crime de apropriação indébita, deixando os empregados inadimplentes com os seus credores, tendo que pagar juros, correção e multa, pois, quando recebe já estão vencidas as contas.

O governo é sim muito responsável pela crise, por ter estimado um volume de receita e ela não acontecer nos patamares que previu, e não ter feito uma reserva

de contingência como faz qualquer administração minimamente séria, criando uma série de gastos sem ter as garantias para pagar. Um bom exemplo da “farrinha do boi” foi a concessão de uma grande isenção de impostos para a maior cervejaria do país, além de umas tantas outras que diminuem as receitas tributárias durante décadas.

Deve ser verdade mesmo que o Estado passa por séria dificuldade financeira, mas, com certeza o mesmo não acontece com as finanças pessoais dos antigos e atuais políticos e dirigentes que passaram e ainda estão por ai impunes.

Não é possível que este governo e seus nomeados cometam esses desmandos, mantendo-se impunes e a população e os trabalhadores paguem o pato.

Plano de saúde

Todos nós sabemos as dificuldades que existem na contratação de um plano de saúde para atender os empregados da Riotrilhos onde a faixa etária é elevada e não interessa as empresas do ramo a não ser por valor que acaba se tornando impraticável. O que atenua é o fato de uma parte dos empregados ter outro plano fazendo com que a utilização do plano custeado

pela empresa seja pouco utilizado por estes dando certo equilíbrio financeiro e com isso podendo praticar um valor mais acessível. Circula na empresa a informação de que o sindicato teria recebido uma proposta da empresa para avaliar uma coparticipação de pagamento do plano e estaria escondendo tal fato. Não procede esta in-

formação. Não recebemos nenhuma proposta até a presente data. Só temos conhecimento, mas como boato. Se recebermos, vamos informar a categoria para que, juntos tomemos uma decisão.

Lastimável é saber que a empresa não faz o pagamento do plano há mais de três meses, pon-do em risco a manutenção do nosso plano de saúde.

Muita (in)competência

Realmente temos que reconhecer que para algumas coisas o governo e seus dirigentes

são muito competentes como, por exemplo: Não permitir que haja o julgamento dos nossos

dissídios e, impondo esse arrocho salarial e não ajustando nossos benefícios ao longo de tantos anos.

Tíquete Refeição/Alimentação

Eo nosso tíquete cujo valor não dá nem para uma media com pão e manteiga. Imagina se o mesmo empenho que existe para pagamento das faturas das empreiteiras

fosse o mesmo para reajustar os nossos tíquetes? Uma pergunta que não quer calar: por que a Central corrigiu seu tíquete e o da Riotrilhos

não? Por quê será? Será que nos acham menos merecedores? será que eles são mais competentes? com a palavra o Senhor Secretário e a Senhora Presidente.



A dívida do Estado com a REFER

Há alguns anos que os fundos de pensão sofrem perdas consideráveis nos seus investimentos, muito em função da situação econômica mundial e a consequente queda nas bolsas de valores, não só no Brasil como na maioria dos países ocidentais.

Os fundos são regidos por uma legislação que estabelece e limita as formas de investimentos e de distribuição dos lucros e/ou prejuízos. Boa parte desse investimento é no mercado financeiro o que cria uma dependência maior do que deveria, e uma flutuação patrimonial, como se fossem distribuidoras de títulos de mercado.

A RIOTRILHOS e o Es-

tado, não estão cumprindo com os pagamentos devidos e isso é algo extremamente preocupante, pois os valores referentes ao parcelamento da dívida existente são altos e o atraso gera uma dificuldade ainda maior de quitação. A informação que temos é que estão atrasadas duas parcelas e, se atrasar mais uma, no caso a terceira, pelo que estabelece o contrato, serão consideradas vencidas todas as demais restantes que perfazem um total de mais de R\$ 80 milhões, podendo inviabilizar, financeiramente, o atual contrato de pagamento.

Existem cláusulas no contrato que estabelecem a responsabilidade pessoal de pagamento dos ordenadores de despesa, podendo até acontecer uma perda de liberdade. Esperamos não chegar nesse

nível, porém, é importante frisar que a maioria dos beneficiários conta com esses valores como uma complementação de renda e, caso a percam será um verdadeiro desastre nas suas vidas.

Fizemos uma reunião com a Diretoria de Seguridade da REFER para avaliar as formas de cobrança desses valores e concluímos que, na condição de representante dos empregados/beneficiários, deveríamos acionar judicialmente à Empresa/Estado o que já está sendo providenciado pelo nosso Jurídico.

De sua parte a REFER também está atuando nesse sentido e tomará as providências administrativas e judiciais necessárias para que essa situação seja devidamente regularizada.

A raspa do tacho

Quando pensamos que chegamos ao fundo do poço nos enganamos. O buraco é mais embaixo. Alguns empregados da Riotrilhos cansados de esperar por dias melhores resolveram pedir demissão. Ai você pensa tudo resolvido. Ledo engano.

A realidade é a seguinte: A Cia. atualmente não consegue pagar R\$ 1.000,00 de indenização. Resultado, temos três empregados que pediram demissão e não conseguem fazer homologação por falta de recursos da empresa. O pior é que com isso não recebem os valores que tem direito do FGTS depositados to-

dos esses anos, assim como a parte da Refer. Isso se deve ao fato de não estarem com suas carteiras com baixa no vínculo empregatício. **Chegamos ao cúmulo de um deles se propor a emprestar dinheiro para sua própria demissão e com isso poder receber as outras verbas.**